



Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento

Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Serviço de Pesquisas Históricas (DGCOP-SEPEH)



Acervo do Museu da Justiça

Aloysio Maria Teixeira

Nascido em 28 de outubro de 1914, na cidade do Rio de Janeiro, teve por pais Antônio Maria Teixeira Filho e Minervina Nóbrega de Vasconcellos Teixeira.

Bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, em 1936.

Desenvolveu uma respeitada carreira na Justiça do Distrito Federal, onde foi nomeado para o cargo de 7º juiz de casamentos em 1º de março de 1940. No mesmo ano, em 12 de setembro, tornou-se 4º juiz substituto, tomando posse e entrando em exercício dois dias depois. Promovido, por antiguidade, ao cargo de juiz de direito da 10ª Vara Cível em 17 de janeiro de 1946, foi empossado e entrou em exercício no dia 23 do mesmo mês e ano.



Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento

Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Serviço de Pesquisas Históricas (DGCOT-SEPEH)

Em 4 de junho de 1947, foi removido, por permuta, para a 2ª Vara de Órfãos e Sucessões.

Ascendendo ao cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, entrou em exercício no dia 4 de maio de 1956. Transferida a Capital da República para Brasília, veio a integrar o Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara, nos termos da Lei nº 3.752, de 14 de abril de 1960. Em sessão especial do referido tribunal, realizada em 27 de dezembro de 1966, foi eleito presidente para o biênio 1967-1968.

Com a fusão dos antigos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, tornou-se desembargador do Tribunal de Justiça do atual Estado do Rio de Janeiro, integrando a sua primeira composição em 1975. Por decreto de 24 de outubro de 1984, foi aposentado, a pedido, encerrando sua carreira na magistratura.

Foi vice-presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e um dos fundadores da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Petrópolis, onde lecionou Direito Internacional e Direito Civil, e ocupou o cargo de diretor. Na década de 1980, dirigiu o Banco Nacional de Habitação (BNH) e a Caixa Econômica Federal (CEF). Presidiu o Instituto Cultural Brasil-Coréia e o Conselho do Instituto Cultural Brasil-Finlândia.

Dedicando-se à literatura jurídica, escreveu as seguintes obras: “A evolução da pena”; “O nascituro perante o direito romano”; “Da Interpretação e lacunas da lei: breve estudo”; “Personalidade do nascituro à luz do direito”; e o “Sentimento do direito moderno”.

Faleceu em 7 de maio de 2012.



Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento

Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Serviço de Pesquisas Históricas (DGCOT-SEPEH)

Fontes consultadas

Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ). Moção nº 1096/2012. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1115.nsf/1e1be0e779adab27832566ec0018d838/15c0ddf6909af12083257a070050c4f4?OpenDocument>. Acesso em: 24 jun. 2015.

Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro (AMAERJ). *Nota de falecimento: desembargador Aloysio Maria Teixeira*. Disponível em: <http://www.amaerj.org.br/noticias/nota-de-falecimento-desembargador-aloysio-maria-teixeira>. Acesso em: 24 jun. 2015.

Atos do Presidente da República – decretos assinados nas pastas da Justiça, da Educação e da Viação. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 8 de fevereiro de 1939, p. 2.

Decretos assinados pelo presidente da República nas pastas da Justiça, Viação, Agricultura e Guerra. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 1938, p. 2.

GUANABARA (Estado). Lista de Antiguidade dos Desembargadores – até 31 de dezembro de 1971. Diário Oficial, Parte III, Poder Judiciário, Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1972, p. 1.

Listas de Antiguidade dos juízes, membros do Ministério Público e funcionários auxiliares da Justiça local do Distrito Federal. Livro de Registro nº 383 – SEATA. Fls.103 e 109. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Livro de Assentamentos Funcionais de Magistrados (Livro nº 2 – SEATA). Ficha 72. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Ontem no Catete. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 1938, p. 6.

RIO DE JANEIRO (Estado). Decreto nº 1, de 15 de março de 1975.

RIO DE JANEIRO (Estado). Tribunal de Justiça. Assentamento funcional do magistrado Aloysio Maria Teixeira. Cópia impressa. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.